Universidades Lusíada

Mata, Ana Rosalina
Ramos, Rute
Lopes, Pedro Humberto

Mobilização e participação dos jovens em perigo no projecto rua : percepções e significados

http://hdl.handle.net/11067/4223
https://doi.org/10.34628/ksn0-dr61

Metadados

Data de Publicação 2004

Resumo A intervenção com jovens em situação de perigo, na área da prevenção é algo recente em Portugal, sendo o Instituto de Apoio à Criança um dos grandes impulsionadores, implicando os jovens no trabalho de prevenção e criando parcerias com várias instituições. Este artigo foi baseado no Trabalho de Investigação e é dedicado à intervenção social com jovens em situação de perigo, no estudo da implicação destes no processo de intervenção nas actividades do IAC no Bairro do Condado (Zona J de Chelas), ...

Palavras Chave Jovens em risco - Portugal - Lisboa, Serviço social com a juventude - Portugal - Lisboa

Tipo article

Revisão de Pares no

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 30 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T03:21:46Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Intervenção Social, 30, 2004: 143-182

Ana Rosalina Mata *
Pedro Humberto Lopes *
Rute Ramos *

Mobilização e Participação dos Jovens em perigo no Projecto Rua: Percepções e Significados **

A intervenção com jovens em situação de perigo, na área da prevenção é algo recente em Portugal, sendo o Instituto de Apoio à Criança um dos grandes impulsionadores, implicando os jovens no trabalho de prevenção e criando parcerias com várias instituições.

Este artigo foi baseado no Trabalho de Investigação e é dedicado à intervenção social com jovens em situação de perigo, no estudo da implicação destes no processo de intervenção nas actividades do IAC no Bairro do Condado (Zona J de Chelas), na sua organização de acordo com as necessidades dos jovens, através das percepções e consequente avaliação, para a adaptação e significados que estes atribuem às intervenções sociais de que são alvo.

Introdução

Este artigo tem como ponto central as percepções e os significados que os jovens atribuem às intervenções de acção social de que são alvo. Mais especificamente, definimos como objectivos fundamentais: conhecer a intervenção social existente para jovens em risco, integrada no Projecto Rua – Em Família para Crescer no Bairro do Condado (Zona J de Chelas), desenvolvido pelo Instituto de Apoio à Criança; conhecer a intervenção da assistente social no âmbito do Projecto Rua; observar o tipo de mobilização e de participação dos jovens nas actividades do Projecto; identificar

* Licenciados em Serviço Social.
** Prémio de Mérito Honorato Rosa, ISSSL, 2004.

as percepções e significados que os jovens em risco têm das intervenções de que são alvo.

Sendo o nosso interesse captar a percepção e significados dos jovens, sobre a intervenção de que são alvo, a investigação conduziu-nos a estabelecer uma relação próxima com a realidade, de forma a conseguir observar essa mesma realidade através dos «olhos desses jovens». A integração no ambiente dos jovens e a intervenção de que são alvo por parte do IAC foi definindo a nossa metodologia, como sendo de origem qualitativa.

1. Jovens em situação de perigo a complexidade de um conceito

O conceito de juventude, segundo José Machado Pais, é uma «fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados "problemas sociais", inserção profissional, falta de participação social, delinquência, com a escola, com os pais etc.»[1]. Neste conceito encontra-se um leque de ideias que caracterizam este grupo, que é definido pela sua idade, isto é, por pertencerem a uma dada fase da vida, a definição dos limites das idades depende de instituição para instituição, de ciência para ciência, de projecto para projecto, mas a nível geral inicia-se entre 13-14 anos até aos 18-19 anos.

> *A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo tem por objecto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral*[2] *(Lei n.º 147/99, de 1 de Outubro, artigo 1.º)*[3].

Considera criança ou jovem em perigo quando se encontra, numa das seguintes situações[4]:

- *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- *Sofre maus tratos físicos ou psíquicos;*

[1] José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Col. Análise Social, INCM, Lisboa, 1993 p. 24.
[2] *Guia de Legislação e Recursos*, Ministério do Trabalho e Solidariedade, p. 31.
[3] *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.*
[4] *Guia de Legislação e Recursos*, p. 31 e segs.

- *É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- *Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional.*

O jovem em situação de perigo e o jovem em risco são muitas vezes utilizados como sinónimos. Apesar de a sua relação ser estreita, diferenciam-se em níveis distintos, sendo «perigo como uma ameaça à existência de alguém, diremos que risco [mais abrangente] é a eminência do perigo efectivo»[5]. Os problemas que afectam este grupo são, nomeadamente, o abandono, a ausência de protecção do jovem por quem deveria ter competências parentais, negligência face às necessidades afectivas e de desenvolvimento da criança, abuso sexual, por parte de adultos, abandono escolar, absentismo escolar (não tem uma frequência assídua às aulas, mas está vinculado à instituição escolar), trabalho infantil (é todo o trabalho que seja susceptível de comprometer a educação ou prejudicar o desenvolvimento físico, mental, moral ou social a indivíduos menores de 16 anos) e condutas desviantes; consumo de substâncias consideradas ilícitas (droga) ou ingestão de bebidas alcoólicas e ainda a prática de facto qualificado pela lei como crime.

É importante também reflectir sobre os critérios que permitem dizer que uma determinada situação é portadora de risco ou perigo. João Seabra Diniz propõe dois eixos: o externo ou social e o subjectivo ou psicológico. O **eixo externo ou social** pode-se definir como «um grau excessivo de disfunção entre os jovens e a sociedade, que impossibilita uma integração positiva no grupo. Impede, da parte do jovem, o sentimento de pertença que deveria levar à aceitação de determinadas normas e à organização de uma identidade»[6].

O jovem adopta comportamentos que o grupo compreende como sendo agressivos e tende a senti-los como perigosos, disfuncionais, e portanto, a rejeitá-los e muitas vezes persegui-los. Partindo desse nível de compreen-

[5] Instituto para o Desenvolvimento Social, *Crianças que vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, p. 20.

[6] João Seabra Diniz, *Riscos para Crianças Numa Sociedade em Mudança – Quais e Porquê?*, p. 19.

são, é difícil encontrar uma ponte comunicacional entre estas duas partes, implicando consequentemente uma intervenção de carácter especial. «O que os jovens fazem ou deixam de fazer com o seu mal-estar depende em parte importante dos modos de expressão que a sociedade lhes permite e a capacidade de reacção positiva de que se mostra capaz.»[7]

O segundo **eixo, o subjectivo ou psicológico**: «Procura ter em conta a situação interna do indivíduo, identificando os principais aspectos da sua dinâmica interior que determina este tipo de comportamentos.»[8] Aqui, a situação de risco comporta um grau excessivo de sofrimento psíquico, faltando neste caso a presença física e disponibilidade afectiva dos adultos, de forma a encontrar o equilíbrio psíquico. Assim, a situação de perigo acontece, não pela existência de sofrimento mas por não existir nenhum elemento que o contrarie, nenhuma presença adulta de «boa qualidade (quer quanto à qualidade afectiva quer quanto à qualidade dos materiais que presta)»[9], tornando este sofrimento interior ainda maior.

À capacidade de reacção positiva que os jovens em situação de perigo podem desenvolver no sentido de contrariar os factores que os condicionam chama-se resiliência.

Resiliência refere-se às habilidades sociais dos indivíduos para a resolução de conflitos, implicando transformações segundo as capacidades cognitivas para interpretar a situação social. Segundo Cicchetti e Garmezy[10], são «características de personalidade ou recurso de enfrentamento que facilitam a superação da adversidade, a sobrevivência ao *stress* e a transcender perdas».

1.1. O processo de socialização

A socialização é «o processo pelo qual alguém aprende os modos duma determinada sociedade ou grupo a fim de que possa funcionar dentro dela. Inclui tanto a aprendizagem quanto a apreensão de padrões, valores

[7] *Ibidem*, p. 21

[8] João Seabra Diniz, *Riscos para Crianças Numa Sociedade em Mudança – Quais e Porquê?*, p. 21.

[9] *Ibidem*.

[10] Cicchetti e Garmezy citados em Frankl, V.E, *Em busca do Sentido*, Ed. Sinodel e Ed. Vozes, São Paulo, 1993.

e sentimentos próprios da sociedade»[11]. No processo de socialização existe interacção por meio de relações sociais, entre o jovem e o meio, normalmente de uma forma inconsciente e acidental, em que o jovem se inicia na aprendizagem dos modos da sociedade, para que se integre na sociedade e se torne um membro activo e útil dentro dela.

Quando nascemos, já nos encontramos numa determinada posição e vamos aos poucos e poucos determinando outras; assim, «cada pessoa possui diversas posições – posição de idade, posição de sexo, posição de religião, posição de nacionalidade, e assim por diante. Ligado a cada posição encontra-se um padrão de comportamento esperado, um papel»[12]. Tudo isto implica que o indivíduo conheça o comportamento esperado, e valores e sentimentos que vai adquirindo culturalmente.

A socialização ocorre em muitos ambientes e na interacção com muitas pessoas e grupos organizados, nomeadamente a família, igrejas, escola, grupo de camaradas, sendo que «cada agente socializa a criança em seus padrões e valores próprios»[13].

A **família** é, especialmente nos primeiros anos, o mais importante grupo de socialização. É por intermédio de fortes laços emocionais que a criança vai desenvolvendo a sua personalidade e se vai relacionando com o resto da sociedade.

A **escola** tem como função transmitir certos valores, conhecimentos básicos e a especificidade da cultura em que se encontra. Ajuda também a que a criança comece a ganhar independência emocional da família, abrindo-o para novos modelos comportamentais e novas fontes de conhecimento. No **grupo de pares**, isto é, os membros que se encontram aproximadamente na mesma faixa etária, pode-se encontrar várias funções distintas: «Ensinam matéria tabu evitada pelas instituições com uma ordem estabelecida e valores convencionais da cultura, ensinam maneiras e tendências correntes, especialmente em relação a canções, dança, desportos e outros aspectos da cultura popular.»[14] Ajuda também a abrir os horizontes sociais à criança, e formando numa personalidade mais complexa, pois experimenta novos sentimentos diferentes e familiariza com

[11] Frederick Elkin, *A Criança e a Sociedade*, Rio de Janeiro, Edições Blach, 1960, p. 14.
[12] *Idem*, p. 32
[13] Frederick Elkin, *A Criança e a Sociedade*, Rio de Janeiro, Edições Blach, 1960, p. 63
[14] Idem, p. 85.

jogos, códigos e interesses novos. «A criança tem um campo de teste para ideias e características previamente apreendidas e adquiridas.»[15]

Na temática dos «jovens em situação de perigo», os agentes referidos anteriormente são primordiais no processo de socialização da criança, quer de forma negativa quer positiva. O autor José Luís dos Santos Castro, ao realizar um estudo sobre o processo de socialização das crianças de rua, utilizando dados fornecidos pelo IAC, realiza uma **caracterização familiar** dos jovens e este conclui que, por detrás de todo o processo, existe na maioria um doloroso processo de adaptação da sua família ao meio urbano, isto porque são oriundas «de zonas rurais ou das ex-colónias "normalmente constituídas por trabalhadores não qualificados, com baixo grau de escolarização e que vivem com alguma precariedade económica, nomeadamente na sua situação face ao trabalho", habitando, essencialmente, os bairros degradados da periferia de Lisboa».

É nos **bairros degradados** que realmente se concentra este tipo de população, sujeita a processos de exclusão social, que derivam da sua posição social. Tem, na maioria, em comum recursos económicos fracos, habilitações deficientes, insucesso escolar, problemas de saúde, etc. Estes locais também são mais permeáveis ao alastramento de problemas sociais como a delinquência, o vandalismo e a circulação de droga. Assim, estes indivíduos não acreditam na possibilidade de mudar a sua vida. Isto deve-se muito à incapacidade dos pais transmitirem um capital cultural capaz para a integração destes jovens na sociedade envolvente, e de uma educação no sentido de um desenvolvimento saudável das suas personalidades.

Para além da família, estes jovens encontram-se em diferentes contextos de socialização (bairro de origem, escola, instituições, rua, grupo de pares), que os expõem a diferentes normas e valores, e que proporciona a adopção de atitudes e comportamentos diferentes dos assumidos pelos pais – o que pode resultar na ruptura familiar. Na **escola**, a situação de exclusão é particularmente sentida, pois esta não está preparada para os apoiar, muitas vezes não aceita os seus valores e comportamentos divergentes dos habitualmente usados e não desenvolve instrumentos e métodos de ensino eficazes para a aprendizagem, condenando estes jovens

[15] *Ibidem.*

ao insucesso escolar e complicando ainda mais a mudança, de forma a melhorarem as suas condições de vida.

Por fim existem também os **grupos de pares**, é este agente social que tem a capacidade de desenvolver de forma positiva, no sentido da aceitação, pois «a adesão aos grupos de pares é uma forma de despiste das angústias inerentes à condição de adolescentes e, no caso dos meninos de rua, obedece ainda ao imperativo de segurança e sobrevivência. Aparentemente a atracção exercida pelos grupos de pares deriva da partilha da mesma situação».[16] No processo de socialização destas crianças é possível compreender que, muitas vezes, estes não conseguem enfrentar a sociedade, porque não a compreendem, nem sabem como se relacionar com ela, pois a família não foi capaz de proporcionar o desenvolvimento para a sua capacitação, sendo regida pela lei da sobrevivência e pela «necessidade imperiosa da resolução de problemas de cada dia... correspondendo a uma lógica de imediatismo, que inibe a perspectiva da vida»[17]." Por outro lado, estes jovens apresentam a incrível capacidade de sobreviver em qualquer circunstância, até ao limite de viverem como sem-abrigo, sendo muito importante o grupo de pares, na aquisição de comportamentos e valores que os apoie.

1.2. A suburbanização

Consideramos relevante situar os jovens no seu contexto espacial de vida, um bairro suburbano de Lisboa, relacionando o tema da suburbanidade com a exclusão social.

A importância crescente dos subúrbios no contexto actual do processo de urbanização justifica a opção por este espaço, conotado com frequência com uma menor qualidade de vida e onde os fenómenos de exclusão social se revestem de peculiaridades próprias. Como pano de fundo para estes fenómenos, encontra-se a progressiva tendência para o aumento da distância entre o emprego e a habitação, que reflecte e é o reflexo da expansão suburbana. No entanto, e apesar da sua relevância nos mais diversos domínios, não se configura unânime o âmbito de aplicação da palavra

[16] José Luís dos Santos Castro, *op. cit.*, 1997, p. 34.
[17] *Idem*, p. 39.

subúrbio, quer pela proliferação de termos que se associam ao espaço fora dos limites físicos das cidades e que com elas se relacionam, como, por exemplo, periferia ou arredores, quer pela dificuldade na delimitação do espaço que lhe corresponde.

«*Os subúrbios encontram-se numa relação de proximidade e dependência perante outra categoria territorial, a cidade, pois só existem se o processo de evolução urbana os produzir.*»[18]

Os subúrbios associam-se com a expansão das funções habitacionais e económicas para fora dos limites da cidade, como resposta a uma complexidade de factores. Assim, os subúrbios adquirem como características fundamentais, com forte carácter urbanizado, densidade, dados de ocupação elevados, processo de consumo do espaço rural de maior dinâmica e intensidade, reduzidos vestígios da antiga ocupação rural, forte ligação e dependência dos principias eixos de transportes e ainda os fluxos intensos de pessoas e bens de/e para a cidade principal.

Embora o fenómeno urbano já tenha uma longa história de milénios, nos últimos três séculos e, em particular, na segunda metade do século XX, sofreu mudanças profundas, quer quantitativas quer qualitativas, que alteraram quer os padrões de distribuição da população quer as lógicas lucrativas e produtivas das actividades económicas, as quais, reciprocamente influíram nas formas e nos ritmos dos processos de urbanização/suburbanização.

Aqui entendemos urbanização como sendo caracterizada por uma acentuada densificação no interior das cidades, o que originou um reforço das suas infra-estruturas, bem como entendemos suburbanização como estando associada com o acréscimo de rendimentos e com as melhorias tecnológicas nos transportes, o que corresponde a uma desconcentração da população e da indústria para as periferias adjacentes.

A suburbanização implicou e implica consequências sociais, como a pobreza, a exclusão social – segregação. Aqui entendemos delinear o

[18] Augusto G. Cebola, *O Quotidiano Suburbano como Factor de «Exclusão Social»*, Lisboa, 1996, p. 39.

que entendemos como segregação, esta é a consequência natural da concorrência entre diferentes grupos pela posse de um território, entenda-se como direito à habitação, e é óbvio que os processos de urbanização, em particular, conduzem a uma arrumação territorial dos estratos sociais, que acentuam as desigualdades e as distâncias sociais entre eles. «Esta face da segregação residencial não se resume, no caso português, aos bairros sociais, pois os bairros de lata, os clandestinos, podem também exercer esse papel repulsivo. A importância do estatuto socioeconómico pode manifestar-se também nas preferências por locais associados com o processo de socialização infantil e juvenil, isto é, com a proximidade da habitação dos progenitores, procurando a conjugação entre a classe e o estatuto social.»[19]

As razões socioeconómicas têm aqui um grande peso; pois verifica-se que produz, de há muito, um movimento de exclusão de umas categorias sociais sobre outras, através da prática da alta dos preços imobiliários, o que provoca uma concentração das populações de estratos económicos e socioprofissionais mais precários em alguns grandes conjuntos de habitação social, suburbana, bem como em bairros de lata, clandestinos.

Já nos referimos atrás à questão da exclusão social. Importa aqui situarmo-nos quanto à sua definição ou designação tão correcta e actual quanto possível. A introdução da temática da exclusão social é bastante recente no discurso científico, anos 60-70, sofreu várias reformulações, ligadas à emergência dos problemas relacionados com as novas formas de pobreza e de marginalização. Assim, e actualmente, podemos designar exclusão social como a última fase do processo da pobreza, equivalente à marginalização social, estando relacionada com a restrição e/ou dificuldade de acesso aos direitos (sociais, cívicos, políticos, etc.), por parte dos cidadãos, a chamada «cidadania incompleta». A exclusão social é um problema da sociedade, já que é nela que tem origem e só poderá ser resolvida através da mudança social, que terá de ocorrer no seio dessa mesma sociedade.

[19] Augusto G. Cebola, *Op cit*, p. 62.

1.3. Intervenção na prevenção da delinquência

Em 1958, Anna Freud afirmava que «ser normal na adolescência é, em si mesmo, anormal». Muitos foram os autores que se debruçaram sobre este estádio de vida, por si só tão complexo. O psicólogo E. Erikson compara a adolescência à «actuação do artista que salta de um trapézio para outro — o jovem deixa o abrigo seguro da infância para agarrar a independência do adulto; entre uma fase e outra fica o *voo livre* conhecido por adolescência»[20].

Este autor considera que o jovem atravessa uma crise de identidade, como ponto de mudança da sua personalidade, isto é, o adolescente vive na incerteza quanto ao tipo de pessoa que quer ser ou quanto ao modo como quer vir a ser considerado pelos outros.

É no período da adolescência que é mais associada a delinquência, com uma conotação muito ligada à noção de criminalidade e aos comportamentos anti-sociais. Conceitos recentes, como desvio social, começam agora a surgir e tendem a ligar-se com os conceitos de desviância e marginalidade com a anti-sociabilidade[21]. As Teorias da Rotulagem designam por desvio qualquer transgressão ao social, grupal ou institucionalmente aceite e definido, em que há um processo de interacção entre os desviantes e o que os regulam.

No estudo da delinquência juvenil, segundo um modelo proposto por Alain Touraine[22], dentro de uma perspectiva da sociologia da acção, relacionando os conceitos de actor social e de relação social, verificamos que a delinquência se manifesta como o efeito de uma exclusão social, ou seja, é um movimento de resposta à mesma, já que só confrontando a sociedade o jovem se restitui como actor social, criando um universo social no qual é admitido, reconhecido e aceite, tendo uma imagem gratificante de si mesmo ao desempenhar um papel.

Por um lado, os jovens são actores sociais cujas relações sociais são decompostas, são excluídos socialmente e respondem com violência e rejeição às normas sociais por outro. Esta mesma auto-exclusão do jovem face

[20] Alain Touraine, cit. em *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1992, p.p. 116-119.

[21] Rui A. Gonçalves, *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*, Quarteto, Coimbra, 2000, p. 20.

[22] Alain Touraine, cit. em *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, pp. 116-119.

à sociedade constitui uma tentativa de adaptação social e reestruturação de si como actor social.

As limitações do tratamento da delinquência e eficácia do Modelo de Reabilitação e das intervenções remediativas colocaram em evidência o desenvolvimento de **estratégias de prevenção** da delinquência.

Prevenção, segundo o autor Barker[23], são acções levadas a cabo por assistentes sociais e outros para minimizar e eliminar aquelas condições sociais, psicológicas ou outras que se conhecem como causas ou que contribuem para uma doença física ou emocional e por vezes problemas socioeconómicos, com o objectivo de estabelecer condições na sociedade que realcem oportunidades para que indivíduos, famílias e comunidades se realizem positivamente.

Existem duas conceptualizações sobre o conceito de prevenção aplicadas ao domínio do crime e da delinquência.

Uma inscreve-se no modelo da saúde pública, postulando três tipos de intervenções preventivas: *a*) prevenção primária; *b*) prevenção secundária; *c*) prevenção terciária. A segunda orientação reconhece que a divisão entre prevenção primária, secundária e terciária é útil para definir a população alvo das intervenções, englobando na primária, acções dirigidas à população, na secundária, acções orientadas para grupos em risco e a terciária acções visando a reinserção dos delinquentes.[24]

Deste modo as estratégias de prevenção são classificadas em abordagens de prevenção do crime e delinquência, tomando como referência a estratégia adoptada.

Tipos básicos de estratégias preventivas:

- *Prevenção situacional*: as estratégias que se dirigem às circunstâncias em que os delitos podem ser cometidos;
- *Prevenção individual*: as estratégias que se centram nos indivíduos considerados delinquentes potenciais.

[23] R. Barker, citado por Martin Bloom, "Primary Prevention Practices", vol. 5, Col. Issues in *Children's and Families' Lives*, Thousand Oaks, Califórnia, 1996, p. 2.

[24] Jorge Negreiros, *Delinquências Juvenis*, 2001, p. 127.

De um modo mais alargado, «*podem, assim considerar-se intervenções preventivas: a) aquelas cujo objectivo consiste em prevenir a emergência de actos anti-sociais e delinquentes mediante a modificação de factores que se presume poderem contribuir para a prática de actos anti-sociais; b) as intervenções orientadas para a promoção de um comportamento pró-social, na perspectiva de proteger o indivíduo relativamente ao desenvolvimento de condutas antinormativas; c) medidas visando uma redução das ocasiões susceptíveis de favorecerem a prática de delitos*»[25].

A questão fulcral na prevenção dos comportamentos anti-sociais é definir critérios que permitam seleccionar os programas de intervenção preventiva que mais se adequem à realidade e que tenham tido avaliações fiáveis de eficácia.

Actualmente existe um conjunto de abordagens que são consideradas promissoras: as estratégias baseadas no desenvolvimento de competências, intervenções ao nível familiar e intervenções em contexto escolar.

Das estratégias baseadas no **desenvolvimento de competências** derivam duas orientações teóricas distintas. A primeira baseia-se numa perspectiva geral que dá ênfase à importância das competências cognitivas, sociais e comportamentais na adaptação social. Destacando a importância dos processos cognitivos para a compreensão e resolução de conflitos interpessoais. A segunda orientação é complementar à primeira e apoia-se nos défices das capacidades neuropsicológicas da criança com comportamentos anti-sociais, principalmente se tais comportamentos têm um início precoce.

> «*O treino de competências sociais parte do pressuposto de que os indivíduos que apresentam comportamentos anti-sociais não possuem as competências necessárias para funcionar adequadamente em termos interpessoais.*»[26]

Um outro grupo de estratégias de prevenção está baseado na aprendizagem de competências de autocontrolo.

[25] Jorge Negreiros, *op. cit.*, p. 128
[26] Jorge Negreiros, *op. cit.*, p. 131

> *«O autocontrolo tem sido definido como a capacidade de o indivíduo governar o seu comportamento em vista a atingir determinados fins. Certas estratégias procuram modificar o estilo cognitivo associado à compulsividade mediante a aprendizagem de comandos verbais auto-dirigidos.»*[27]

O segundo grupo de abordagens de prevenção está relacionado com as **intervenções centradas no sistema familiar**. Os problemas das crianças com défices neuropsicológicos serão superados se a criança se desenvolver num ambiente sociofamiliar adequado.

O ambiente familiar associado com as características das crianças cria uma socialização negativa, ligada a castigos corporais graves e falta de limites que impõem à criança. Criando um círculo coercivo entre os pais e a criança.

Nesta abordagem, os pais têm um papel fundamental no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, o que resulta na necessidade de um treino para desenvolver competências educativas específicas aos pais com filhos com comportamentos anti-sociais.

As intervenções preventivas em meio escolar têm como alvo as crianças com comportamentos agressivos, que apresentam frequentemente insucesso escolar relacionado com problemas de atenção, fracas capacidades de leitura e défices cognitivos no domínio social, sendo estes últimos os responsáveis pela agressividade para com os outros.

Estas crianças em risco caracterizam-se pela falta de suporte familiar, quer ao nível de comportamento quer no rendimento escolar.

Diversos programas de prevenção da delinquência aplicados ao meio escolar centram-se na aprendizagem de competências como: empatia, autocontrolo, regulação emocional e competências sociais.

Diferentes abordagens de intervenção à delinquência têm sido desenvolvidas nas últimas décadas, abordagens estas que se fundamentam na influência dos actores socioculturais específicos, que determinam os pressupostos teóricos e as estratégias utilizadas.

[27] Jorge Negreiros, *op. cit.*, p. 133.

> *«A relação entre delinquência juvenil e o crescimento urbanístico desordenado, a exclusão social, os elevados padrões de consumo e de ascensão e sucesso social, os movimentos migratórios, bem como as fragilidades das instâncias tradicionais, é uma constatação partilhada internacionalmente e a ter em conta na adopção de políticas e programas de resposta a esta problemática»* [28].

Apesar do objectivo dos programas preventivos «ser o reduzir a exposição dos jovens a factores de risco, muitas vezes isso não é possível, para estes jovens o objectivo da prevenção vai ser o reduzir o impacto de factores de risco promovendo as competências pessoais e sociais dos jovens e aumentar as competências parentais» [29].

Segundo Bernard adoptou uma perspectiva de sistemas ecológicos, notando que as crianças são criadas em famílias, que estão relacionadas com as escolas e com a comunidade no geral. Não se podendo olhar apenas para uma peça deste tecido social, porque um sistema em equilíbrio existe em indivíduos, famílias, escolas, grupos de pares, instituições de comunidade. Quando há um problema num sector, outros podem entrar e ajudar a alcançar o equilíbrio no desenvolvimento do indivíduo. Deste modo, a prevenção primária para este autor tem dois objectivos principais: **proporcionar que pessoas em risco se ajudem a si próprias** e **assegurar que existe outro sector no sistema social que esteja presente quando necessário – antes de os problemas ocorrerem**.

1.4. Práticas de prevenção na intervenção social com jovens

Neste ponto, reflectimos de uma forma sucinta, mas muito próxima da realidade que encontramos no campo, aspectos essenciais para o trabalho do assistente social no projecto de intervenção *Trabalho com Crianças de Rua – Em Família para Crescer*, desenvolvido pelo Instituto de Apoio à Criança.

É ao assistente social, que a instituição pede para colocar em prática um projecto desenvolvido por este. Assim, a instituição procura-o por

[28] Margarida Gaspar de Matos *et al.*, *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*, pp. 9-10.

[29] Margarida Gaspar de Matos *et al.*, *op. cit.* p. 25.

considerar que este tem competências e capacidades específicas para este tipo de trabalho de intervenção com jovens, que nenhum outro profissional tem. Este é chamado para realizar uma determinada prática, que implica uma actividade consciente do profissional, isto porque implica a «ascensão do homem à consciência da práxis, que permite superar a visão comum de actividade prática, para inseri-la em outras formas» [30].

Não nos queremos alongar neste assunto, mas é importante iniciar esta reflexão teórica sobre este tipo de prática relacionando-a com a importância de uma actividade teórica, pois é esta, que vai no final, permitir de um modo criativo a intervenção na realidade. Neste tipo de actividade prática humana, existe uma vertente subjectiva, «porque representa uma actividade da consciência»[31], e uma vertente objectiva, porque incide numa realidade que ultrapassa a consciência do indivíduo, existindo um processo, meios e instrumentos objectivos e um produto ou resultado objectivo. A actividade teórica opera-se no pensamento, não buscando de imediato a transformação da realidade, mas sim elaborar e transformar idealmente, a matéria–prima, para fornecer conhecimento sobre a mesma. Queremos assim evidenciar que, neste trabalho social, tal como em todos os outros, existe sempre a necessidade de existir uma interdependência entre a teoria e a prática, para que se alcance realmente os objectivos do projecto.

Em relação a uma teoria própria do Serviço Social, esta é inexistente, o que pode trazer problemas de ordem metodológica, mas esta pode de alguma forma ser suprimida quando esclarecidos, pelo profissional, os objectivos do Serviço Social, e a realidade (objecto) onde o método é empregue e a teoria que o oriente. Sendo que em qualquer intervenção onde o Serviço Social actue, deve preocupar-se em atingir o que é apresentado nesta afirmação, «considera o homem como sujeito que, no decorrer da sua actividade prático-material, transforma uma situação social-problema actuando sobre si mesmo e sobre o ambiente onde vive, ao mesmo tempo que estabelece novas relações sociais entre ele, os outros homens e a sociedade.» [32].

---

[30] Maria Carmésia T.M. Leite, *A Intervenção em Serviço Social – Visão Praxiológica*, Cortez Editora, 1984, São Paulo, p. 45.

[31] Maria Carmésia T.M. Leite, 1984, *op. cit.*, p. 4.

[32] Maria Carmésia T.M. Leite, 1984, *op. cit.*, p. 107

Um projecto de intervenção com jovens deve ter em atenção três eixos norteadores:

a) A relação com os jovens

Um importante elemento, para esta reflexão teria de ser os destinatários deste projecto, os jovens, o autor Adelino J. Antunes, defende a importância de uma atitude, «caracterizada pela presença junto dos utentes, atentos aos seus problemas sem minimizar os seus sofrimentos e as suas angústias. Esta presença permitiria fornecer ao jovem toda a informação e condições de que necessita para, ele próprio, se o quiser, operar a mudança»[33]. Isto implica que uma das preocupações do profissional é a de conhecer e fazer parte da própria vida dos jovens. A relação implicaria a este profissional abrir os horizontes e multiplicar as opções de decisão dos jovens na construção dos seus projectos de vida.

O assistente social compromete-se ao total respeito pelo sujeito da intervenção. É este que deve sempre, em ultima instância, tomar as suas opções, a partir de todas as que se podem encontrar na sua frente. Na realidade implica um trabalho com muitas frustrações, decepções do profissional, mas, na verdade, ele encontra-se na intervenção somente como agente facilitador, numa mudança que só o jovem sabe o rumo que deve seguir. A sua actuação integra o aceitar as normas e regras de funcionamento do grupo em que os jovens se encontram, e preocupação constante de ser aceite, implica usar a sua actividade criativa de forma a promover alternativas que permitam aos jovens a possibilidade de poder escolher entre várias opções.

Para Cristina de Robertis, entusiasmar um grupo, especialmente para participar no projecto, abrange diferentes etapas que se realizam por ordem cronológica e por variáveis que se articulam no curso de todo o processo.

[33] Adelino J. Antunes, *O Trabalho de Rua – Contributo para o Estudo das Novas Metodologias de Intervenção em Trabalho Social*, Instituto Superior Bissaya Barreto – Centro de Investigação Formação e Estudos, Coimbra, 1994, p. 15.

b) Etapas do projecto

O projecto não provém de um trabalho anteriormente realizado pelo assistente social, portanto sem um desenvolvimento do diagnóstico das necessidades da população e de um trabalho prévio com os indivíduos. Mesmo assim, quando em contacto com o projecto, este deve ter em conta as clarificações e reflexões sobre os objectivos existentes, ao grupo para qual o projecto foi desenvolvido, a forma como é concebida a participação dos membros do grupo e a selecção de quem faz parte deste. Relativamente ao conhecimento do indivíduo ou grupo, a melhor forma de recolher a informação necessária é pela sua própria presença no meio, «delinear uma estratégia de aproximação para além do conhecimento dos hábitos diários, e a percepção clara das interacções relacionais e afectivas entre o indivíduo, a família, o grupo e o meio. Esse conhecimento vai permitir ao agente aperceber-se das inúmeras vias de comunicação»[34]. Também deve estudar as ferramentas e meios que o projecto compreende. Este exercício implica o estabelecimento das relações contextuais de como este projecto aparece e da forma como se foi desenvolvendo.

Outra das etapas importantes no início da intervenção, estabelecidas por Cristina de Robertis, é a negociação. A autora diferencia a negociação com o serviço empregador e as pessoas directamente implicadas. Neste caso a primeira negociação é realizada inversamente, pois é o IAC que negocia com a assistente social o seu trabalho num projecto.

Na segunda negociação, o profissional terá maior responsabilidade, pois «esta negociação terá lugar na primeira reunião do grupo»[35], é uma etapa importante e difícil, pois muitas vezes joga-se o futuro do projecto, na sua primeira abordagem, porque para que realmente se alcancem os objectivos do projecto é necessário que os principais intervenientes o aceitem. Será, assim «preciso explicar, justificar, seu procedimento com o risco de ser criticado, modificado e inclusive recusado pelos próprios intervenientes»[36], deve-se dar espaço, nesta etapa, para que os interessa-

[34] Adelino J. Antunes, 1994, *op. cit.*, p. 29.
[35] Cristina de Robertis, *La Intervención Colectiva en Trabajo Social*, El Ateneo, 1995, p. 150.
[36] Cristina de Robertis, *op. cit.*, p. 150.

dos coloquem questões, dêem a sua opinião, formulem propostas. Neste processo, o profissional interage com o grupo para se tornar o líder, ou ser visto como um deles, a sua preocupação é que estes o olhem como «adulto "invulgar"»[37], ele acerta as normas para conduta do grupo, é um educador social pela sua formação e objectivos e é um adulto disponível.

Se este procedimento cronológico, que guia o assistente social, neste tipo de intervenção, for omitido, pode colocar em causa, a mobilização dos grupos.

c) Variáveis existentes no trabalho de intervenção

As variáveis identificadas pela autora, que poderão estar presentes e que terão um papel fundamental na vida do grupo, dentro do projecto, são em primeiro lugar, a distinção dos objectivos. A autora apresenta três níveis, os objectivos do trabalhador social, de cada membro do grupo, e depois dos que o próprio grupo desenvolve ao longo das suas etapas iniciais de vida.

Estes objectivos, «são frequentemente complementares, mas às vezes podem também ser antagónicos, e raramente são idênticos»[38]. No caso presente, existem ainda os objectivos do próprio grupo, pois este distingue-se do desenvolvimento do trabalho do assistente social, complexando-se assim esta variável, mas o importante a reter é a importância de compreender que no jogo de relações existente nesta intervenção encontramos várias forças, objectivos distintos que têm de ser conhecidos, compreendidos e trabalhados com o grupo.

A segunda variável é a composição do grupo, para que esta exista é necessário estabelecer um certo grau de coesão, de cooperação e de solidariedade. Dois factores são apresentados por Cristina de Robertis, são eles o tamanho e a homogeneidade. Em relação ao tamanho, não existe uma regra geral para a sua dimensão, o importante é que permita a comunicação interpessoal, isto é, que se consiga um intercâmbio e conhecimento

[37] Adelino J. Antunes, *op. cit.*, p. 37.
[38] Adelino J. Antunes, *op. cit.*, p. 150

recíproco. De dois grupos existentes no projecto rua, estes estão constituídos da seguinte forma:

- Grupo dos Dreads, 44 elementos.
- Grupo dos Damos e Damas, 27 elementos.

Para a realização do trabalho de investigação, entrevistámos 10 jovens do grupo dos Dreads e 13 do grupo Damos e Damas. O critério de selecção foi a antiguidade no projecto (tinham de estar integrados há pelo menos 3 anos). Os grupos abrangem idades diferentes, entre os 12 e os 18 anos. Tentámos efectuar essa escolha tendo em conta a proporção do total de elementos do grupo em relação ao sexo, para melhor reflectir a constituição dos grupos.

A homogeneidade está intimamente ligada à existência de interesses em comum que motiva as pessoas a participar, mas existem outros factores relevantes, como a idade, o sexo, a classe social, o nível sociocultural, etc. Cristina de Robertis dá ênfase à idade como factor essencial na homogeneidade no grupo de adolescentes. É indispensável que um grupo tenha um certo nível de homogeneidade, a fim de assegurar um mínimo de estabilidade e coesão, mas «o tipo de homogeneidade dependerá dos objectivos para o grupo, do tamanho deste, o programa previsto etc.»[39]. Mas o contrário também é necessário, isto é, a heterogeneidade é importante para o grupo, «porque é fonte de confrontação, de aceitação, das diferenças, de conflitos; é fonte de dinamismo e de vida»[40].

A terceira variável é a participação e presença dos membros do grupo. Esta também vai condicionar a vida do grupo. Em relação à participação, importa definir se esta será voluntária ou obrigatória, a primeira é um princípio estabelecido e aceite no trabalho com grupos, mas existem muitas vezes algum grau de imposição, pela instituição, por pressão social, etc. Na presença dos membros do grupo está implícita as noções de grupo fechado, se os membros são fixos, no que se refere ao seu numero e identidade, ou de grupo aberto, onde pode existir uma variação e um fluxo de participantes.

[39] Adelino J. Antunes, *op. cit.*, p. 152.
[40] *Ibidem*, p. 152

Fica claro nesta reflexão que o trabalho com estes jovens implica proporcionar-lhes o maior capital cultural possível, que se realiza, tanto pela educação formal como pela não formal, sendo importante a implicação da comunidade envolvente, especialmente a família e o seu grupo de referência, e tendo como instrumento principal a(s) relação(ões) com o(s) profissional(ais). Ao longo deste processo fica inerente a importância de sempre reflectir, estudar para agir, para que seja possível inverter os projectos de vida dos jovens que os colocam em situação de perigo.

Caracterização dos Grupos Dreads e Damos e Damas

Foi importante compreender e conhecer todos os factores presentes na vida dos jovens que fazem parte do projecto. Assim, os dois grupos de jovens que são alvo da intervenção, no Bairro de Chelas, podem ser definidos de acordo com Bloom como grupos primários, dado que são constituídos por grupos de pares, que estabelecem relações interpessoais próximas, de face a face, no seu quotidiano[41].

Ao **nível familiar** – constatou-se que a maioria destes jovens vive com os pais, mas também é significativo o número de jovens que não vive com um dos pais, por separação, por falecimento de um dos progenitores, ou vivendo com outros membros da família, como avós, tios ou irmãos. Estes dois últimos tipos de família, somados, ultrapassam o número de jovens que vive com os pais.

Muitas das famílias são de origem migrante ou imigrante; a comunidade branca provém do Norte do País (Beiras) e a comunidade negra dos PALOPS, na sua maioria guineenses, cabo-verdianos e angolanos. A maioria dos jovens nasceu no bairro, ou terá vindo para este ainda com meses de vida.

A condição laboral de algumas destas famílias é de vínculo precário e flutuante, com diversos turnos, o que dificulta as relações estáveis de proximidade e afectividade entre os membros da família, sendo as actividades dominantes a construção civil e o serviço de limpezas e restauração, proporcionando uma grande instabilidade económica e relacional, os salários

[41] Martin Bloom, "Primary Prevention Practices", vol. 5, Col. Issues in *Children's and Families' Lives*, Thousand Oaks, Califórnia, 1996, p. 7.

são baixos e nem sempre garantidos e as famílias são compostas em média por mais de 6 elementos, o que, em caso de desemprego repentino, agrava a situação familiar destes jovens.

Tratam-se na sua maioria de famílias cujo funcionamento evidencia uma destruturação na constituição de boas relações entre os membros. Os jovens vêem-se condicionados, desde a infância, a serem responsáveis por si próprios e até por outros membros mais novos da família, expondo-os a factores de risco, como por exemplo: ausência de protecção do jovem, negligência face às suas necessidades afectivas, abandono e absentismo escolar, trabalho infantil, condutas desviantes e prática de crimes.

Segundo a assistente social do IAC do Satélite J de Chelas Dr.ª Lídia, os problemas familiares mais relevantes são o alcoolismo e a violência física e verbal entre membros das famílias.

Ao **nível escolar** – No Grupo dos Dreads, a maioria (7 dos 16 jovens acompanhados com regularidade) encontra-se no 7.º ano, sendo o 5.º ano, o ano escolar em que se verifica o maior número de repetências (9 em 16 jovens acompanhados) e um caso de abandono escolar. Tendo havido outro caso de abandono no 7.º ano.

No Grupo Damos e Damas, a maioria encontra-se no 9.º ano (10 dos 20 jovens acompanhados com regularidade), a ano escolar em que se verifica o maior número de repetências é o 7.º ano (6 dos 19 jovens acompanhados), destes 19 jovens abandonaram a escola 5, 3 deles também no 7.º ano.

Vários destes jovens já se confrontaram com experiências de repetência pelo menos uma vez.

Neste tipo de grupos é importante apresentar os tipos de **hábitos sócio-culturais** que praticam.

- A maioria dos rapazes joga futebol, em várias associações desportivas dentro (clube Oriental e Marvila jovem) e fora do bairro (Olivais e Sacavenense).
- Os jovens dos dois grupos têm o hábito de frequentar o Centro Comercial Vasco da Gama, indo para o salão de jogos, ao cinema, comprar roupa de desporto ou simplesmente deambular pelo Centro,

alguns durante o período de aulas, porque para grande parte dos grupos «a escola é uma grande seca»[42].
- Neste grupo de jovens, 3 têm neste momento processo no IRS, por roubo, um já tinha processo antes de iniciada a intervenção.
- Um dos jovens encontra-se fora da escola e a traficar e a consumir estupefacientes.
- Existe uma forte relação entre a desocupação e o roubo, pois a desocupação implica o estar fora da escola, desinteressados de qualquer formação profissional, sem objectivos de vida bem definidos, tornando-os um alvo fácil para o despertar de comportamentos desviantes.

Ao nível do bairro – Os jovens estão integrados num bairro social, suburbano, rotulado de violento e de tráfico de droga. Têm à sua disposição uma grande rede de transportes, uma grande mobilidade para fora do bairro, existência de espaços de sociabilidade, como um jardim com coreto, igreja, campo de futebol, estando já desenvolvida uma rede de creche e pré-escolar.

2. O Processo Metodológico

A observação da vida quotidiana, da compreensão de um senso comum construído perante uma realidade (a intervenção do IAC, ao longo dos anos), obriga, como o autor Orzco afirma, a um exercício contínuo de reflexividade sobre cada uma das decisões tomadas.

> «*O investigador – aqui estaria o rigor do processo qualitativo – deve clarificar a racionalidade que sustenta a tomada de uma ou outra decisão metodológica e em tomá-la em um determinado momento ou não. Neste último se avaliaria o rigor metodológico, não apenas na aplicação de uma ferramenta de investigação mas na sustentação*

[42] Entrevista à Assistente Social.

adequada das decisões metodológicas que o investigador vai fazendo no desenvolvimento para dar sentido a seu objecto de estudo.» [43]

Desta forma, a metodologia escolhida, tendo em conta o carácter descritivo e avaliativo da pesquisa, é a **qualitativa.**

Todo processo envolve o questionamento da própria relevância do que se investiga e dos marcos teóricos a partir dos quais se observa a realidade, passando evidentemente pelo modo como se constrói o objecto de estudo e o conhecimento, isto é, a prática metodológica que procura tirar sentido dos dados que colhe do mundo empírico.

Consideramos que, pelos objectivos da investigação, seria a **estratégia abdutiva** que nos conduziria a melhores resultados. Pois, a estratégia abdutiva inclina-se para as considerações quotidianas realizadas pelos actores sociais, que são rescritas pelo cientista social, numa linguagem sociocientífica e, assim, encontramo-nos a um nível das considerações do mundo social. Num outro nível, estas redescrições podem ser desenvolvidas em teorias, que vão além do conhecimento comum para incluir condições (elementos) das quais os actores sociais não estão conscientes [44].

O acesso básico a qualquer mundo social é através das considerações que as pessoas dão às suas próprias acções e às acções dos outros. Estas considerações são dadas ao cientista social pela própria linguagem dos participantes, contendo os conceitos que os participantes usam para estruturar o seu mundo, os significados destes conceitos e as teorias que eles usam para considerar o que vai acontecer.

What Schutz, Winc (1958), Douglas (1971, 1974) e Giddens (1976, 1984)[45] têm em comum a crença que a ciência social deve provir do mundo social, pelo menos inicialmente, pela consideração que os actores sociais podem dar aos aspectos do seu mundo, e com interesse ao cientista social.

No processo de recolha de dados utilizámos várias técnicas, que nos permitiram realizar aproximações sucessivas à realidade, de forma a captar

[43] Guillermo Orozco Gomés, *La Investigación en Comunicación Desde la Perspectiva Cualitativa*, Guadalajara: Facultad de Periodismo y Comunicación Social – Universidad Nacional de La Plata/Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario, AC, 1997, p. 111.

[44] Norman Blackie, *Designing Social Research*, Polity Press, Cabridge, 2000, p. 114.

[45] Norman Blackie, *o.p. cit*, 2000, p. 118.

uma imagem mais nítida da vida quotidiana dos jovens e como eles interpretam e dão significado a essas relações quotidianas e qual o papel que o IAC desempenha nessas relações: tais como observação directa e participante, que durou 4 meses, estivemos com os jovens em diversas actividades exteriores como a visita ao museu das marionetas, e dentro do espaço IAC assistimos a várias reuniões de grupos, realizámos entrevistas individuais semi-estruturadas aos jovens, e uma entrevista com a assistente social, de modo a melhor caracterizarmos os grupos, para articular com as informações obtidas dos jovens. O diálogo com a assistente social permitiu ainda confrontar essas informações com a entrevista de grupo para termos um *feedback*, de modo a testar a validade dos resultados por nós analisados, e as anotações de campo que foram a base dos guiões de entrevista.

Para a construção dos guiões das entrevistas e de um plano de trabalho, ainda definimos uma fase metodológica de **identificação dos elementos-chave** pois, apesar da pesquisa implicar acima de tudo o maior conhecimento possível do mundo quotidiano dos jovens, tornou-se necessária uma base de interpretação de forma a objectivar tanto quanto possível os materiais recolhidos no trabalho de campo, de forma a evitar posteriores enviezamentos valorativos e morais, para que o trabalho tivesse validade científica. Consideramos assim importante, no decorrer do estudo, descrever como se realizou o processo de **recolha de dados**, identificando as técnicas utilizadas e realizando alguns comentários que poderão ajudar na compreensão do trabalho realizado, dos passos metodológicos seguidos, bem como da informação adquirida e sua interpretação. Só depois de, em conjunto com o leitor, percorrermos a etapa da descoberta da realidade em que incide este estudo, é que seremos capazes de **descrever, analisar e interpretar as informações recolhidas**, articulando com os elementos teóricos utilizados para a construção do quadro teórico e novos elementos que nos surgiram no decorrer do trabalho de campo.

2.1. Síntese do processo Metodológico:

- **Estudo da Intervenção do IAC, com jovens e crianças em situação de perigo, no Bairro do Condado, Chelas:**

– Caracterização do «Projecto Rua – Em família para crescer», através de análise documental.
– Caracterização das actividades desenvolvidas pelo projecto, através de análise documental.

- **Estudo dos grupo – alvo da investigação:**
Selecção dos jovens de forma empírica intencional, segundo os critérios tempo de permanência no projecto (pelo menos 3 anos) e em relação ao sexo (definição da constituição dos grupos).

Orientação:
– Relação Familiar
– Relação Escolar
– Relação com o Bairro

} Relação com o IAC

- **Recolha de dados no trabalho de campo:**

– Observação Directa e Participante (4 meses), nas actividades exteriores e interiores ao espaço IAC e reuniões dos dois grupos.
– Anotações de campo.
– Entrevistas semiestruturadas, individuais (11, porque atingimos o ponto de saturação de informação ao fim de 10 entrevistas) e de grupo, aos jovens Damos e Damas (1), entrevista à Assistente Social (1).

- **Análise dos Dados Recolhidos:**

– Análise de Conteúdo das Entrevistas,
– Análise Qualitativa das Entrevistas (redução),
– Apresentação e Organização dos Dados,
– Interpretação dos Resultados,
– Elaboração da Grelha de Análise, (folha resumo de cada entrevista e anotações de campo),

- Guião de Entrevistas
  - Reflexão Teórica,
  - Observação das relações quotidianas Assistente Social – Jovens.

- **Interpretação dos Dados Recolhidos:**
- Definição dos elementos Chaves de análise,
  - Observação Directa e Participante,
  - Construção Teórica.
- Elaboração de uma grelha de análise de entrevistas, (Organização da informação recolhida através dos seguintes elementos: relação Assistente Social – Jovens, mudanças significativas, actividades realizadas no IAC (Zona J), percepção do espaço IAC, perspectivas futuras e percepção do Bairro onde vivem.

3. O olhar dos jovens sobre a intervenção social

Das observações realizadas e dos depoimentos cedidos pelos jovens, através das entrevistas, podemos concluir que estes desenvolveram ao longo do tempo percepções e significados positivos da intervenção e da relação com os técnicos do IAC.

Os jovens do Grupo Damos e Damas, ao transmitirem-nos as suas percepções e significados, apresentam uma capacidade de reflexão e de avaliação sobre o papel da assistente social, do seu próprio papel na intervenção, sobre o bairro onde vivem, sobre as dinâmicas presentes no grupo onde estão integrados e sobre a forma como se posicionam nos vários contextos da sua vida quotidiana. Objectivam os seus valores e significados através dos seus desempenhos e estão motivados em retirar da intervenção o conhecimento e experiências, que impulsionem as suas vidas e melhorem as suas capacidades e competências como actores sociais participantes numa sociedade cada vez mais individualista e competitiva. O IAC desenvolve a capacidade de resiliência dos jovens, capacidade essa de ter sucesso, de acordo com o que é aceitável pela sociedade e que se lhes apresentam no seu quotidiano como um risco grave de um resultado negativo, e nos contextos concretos da acção, no caso destes jovens, a família, o IAC, os seus grupos de pares, a escola e o bairro.

O IAC proporciona-lhes laços fortes com adultos «invulgares», na medida em que se torna num referencial diferente e desejado, satisfazendo e suprimindo as suas necessidades emocionais.

Estudamos a partir de **elementos-chave,** os quais passamos a enumerar e ilustrar com alguns excertos das entrevistas:

A relação assistente social jovens é um dos mais importantes elementos que encontrámos no projecto, caracteriza-se por uma presença sempre disponível junto dos jovens, que facilita o desenvolvimento pessoal e social, ao nível das suas perspectivas de futuro e da aprendizagem na gestão dos problemas.

Para os jovens, ela representa a autoridade que lhes impõe limites às suas condutas dentro das actividades do IAC; compreendem esta autoridade como necessária, apesar de implicar um esforço para aceitar e cumprir as regras. A assistente social para os dois grupos de jovens é vista como a pessoa que **"representa a lei pela sua identidade"** (tomando por referência a definição dos vários papeis do autor Adelino Antunes) porque tem autoridade sobre eles no espaço IAC, é ela que impõem os limites e consequências aos actos que os jovens praticam, é também ela que eles identificam como uma das principais organizadoras e a coordenadora das actividades em que os jovens participam.

> *"O papel da Lídia é mais da organização, manter isto no equilíbrio, nem muito alto nem muito baixo. É a boss, é mesmo, boss, tipo ela é que manda, mas no bom sentido, no bom sentido, a Lídia, por acaso é fixe."* (Sandro, entrevistado n.º 7).
> *"...manda em nós, leva-nos assim a sítios para a gente conhecer, para fazermos actividades é tipo um guia."* (Pedro, entrevistado n.º 8).
> *"...há pessoas que não gostam das coisas que ela diz... ao fim ao cabo, quando chega ao fim das coisas, chegamos sempre ao ponto em que ela tinha sempre razão."* (Fred, entrevistado n.º 4).

Os jovens, para além deste papel, atribuem-lhe o papel de confidente, mãe, melhor amiga e irmã, assumindo para eles o lugar de um familiar próximo e disponível, que preenche as lacunas emocionais e relacionais criadas pelo contexto familiar em que vivem.

"Para mim é uma amiga, não só amiga, ela está aqui para nos ajudar, tipo, se a família, se a nossa família tá com dificuldades ela pode ir-nos ajudar, se nós precisamos, que ela, de falar com os nosso pais, tipo, temos alguns problemas, ela tá para nos ajudar. Eu acho que ela tá aqui para nos ajudar, é o trabalho dela." (9.º entrevistado).

"... é a mãe do grupo," (6.º entrevistado, Apêndice 2-A, p. 14).

"Eu levava ela mais, como uma irmã, ou como a minha melhor amiga, um bocado de tudo, porque com ela conseguia desabafar. Sentia que com ela estava segura, enquanto com as outras pessoas já não" (Ana, entrevistado n.º 10)[46].

Através das palavras dos jovens, estabelecemos a relação entre o que os jovens obtêm do IAC, em especial pela assistente social e o papel normalmente desempenhado pela família, parecendo-nos evidente que para eles o IAC preenche vazios deixados pela família dado que as actividades do IAC pautam-se pelo que eles mais dão valor a nível familiar, que é o diálogo e a comunicação, que segundo Piaget são **factores que promovem a gradual aquisição de independência emocional e psíquica**, "... o desenvolvimento de um conceito estável da própria identidade e de um forte sentimento de auto-estima, aquisição de um sistema ético de valores, o treino do autodomínio e da força de vontade que o manterá ligado a esse sistema, o desenvolvimento de um espírito de missão e de objectivos profissionais e sociais, o incremento da capacidade para viver em comunidade, o aumento da capacidade intelectual e a aquisição de independência económica"[47], factores estes que permitem o desenvolvimento das capacidades pessoais dos jovens.

O respeito e a confiança que os jovens têm da assistente social estabeleceu-se e foi desenvolvido ao longo dos anos, pois esta encontra-se no projecto há sete anos, quando os jovens entram é ela que se encontra no espaço IAC de Chelas e permanece sem interrupções. É de notar que

[46] Todos os nomes de jovens referidos nos excertos de entrevistas são fictícios.

[47] Piaget citado por José Ramos de Almeida, *Adolescência e Maternidade*, Col. Temas Actuais, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pp. 75-76.

muitos destes jovens que se encontram na faixa etária dos 15/18 anos, têm contacto com o IAC desde o 1.° Ciclo.

A forma como os jovens caracterizam a assistente social na sua intervenção, tem um paralelismo com a definição do interventor dada por Adelino Antunes como "**O agente invulgar**. Pela sua disponibilidade constante e as ideias com que enriquece os encontros, o agente deve tentar transformar-se num referencial diferente e desejado".[48]

As mudanças significativas para os jovens que foram alvo da intervenção do projecto desenvolvido pelo Instituto de Apoio à Criança sentem que esta intervenção mudou significativamente alguns aspectos da sua vida e do seu desenvolvimento, especialmente ao nível dos hábitos de ocupação dos tempos livres. Este factor é bastante importante pois torna-se um catalisador ou impulsionador de mudanças internas, ao sentirem que o seu tempo está mais preenchido com actividades lúdicas, recreativas e pedagógicas, sentem também que lhes traz um maior conhecimento e uma maturação pessoal e relacional que os ajuda a superar problemas ou dificuldades, e a definirem o seu projecto de vida.

É ao nível do **desenvolvimento pessoal e social** que os jovens percepcionam uma maior mudança, referindo que já têm um maior conhecimento quer de si próprios, quer no que "...diz respeito ao domínio da informação sobre o contexto da acção e dos recursos disponíveis (meio), de forma à racionalidade definir os fins a atingir"[49], na interacção com os outros e com o meio que os rodeia. Estes sentem-se mais confortáveis quando confrontados com pessoas exteriores ao seu bairro, pois têm uma maior auto-estima e autoconfiança, baixaram as defesas que os levavam a ter comportamentos conflituosos, passando a apostar no diálogo, e a preocuparem-se em mostrar uma imagem mais positiva de si próprios, particularmente sendo jovens residentes em Chelas e tendo por trás deles todo um estigma, em que se sentiam impelidos a desempenhar o papel que lhes era atribuído, o de "maus".

[48] Adelino J. Antunes, 1994, op. *cit.*, p. 37.

[49] Isabel Guerra, "Modos de Vida – Novos Percursos e Novos Conceitos", in: *Sociologia Problemas e Práticas,* N.° 13, CIES/ISCTE, Lisboa, s.d.

Através do discurso dos jovens é claro que estes têm consciência, dum processo de amadurecimento da sua mentalidade, que reflecte um melhoramento da sua **auto-imagem**, o que trás comportamentos que reflectem uma necessidade de aceitação pelos outros (dentro do grupo de pares, jovens de outros locais e a sociedade em geral) e de promoção positiva da sua imagem colectiva, especialmente por quem faz juízos errados sobre os seus modos de vida. É neste contexto que "Se a auto-imagem de uma pessoa é elevada, ela escolha objectivos à altura daquela imagem, fala bastante nas reuniões, espera aceitação e actua para conseguí-la, comporta-se como quem tem status, aceita uma alta posição com responsabilidade e risco, e escolhe companheiros que se equiparem em imagem e que promovam a sua imagem." [50]

> *"Já descobri mais alguma coisa em mim... digo-lhe já, aprendi muita coisa, eu não sei por onde começar, é tanta coisa. Agora estou mais pronto a dar o braço a torcer, não desconfiar tanto... se calhar não fazia tantos vandalismos, digamos assim, dantes fazia alguns, agora não faço, se calhar, nenhuma mesmo."* (Sandro, entrevistado n.º 7).

> *"...este projecto, prá minha vida, assim, trouxe várias experiências, trouxe conhecimentos, trouxe organização, trouxe liberdade, a gente tá mais à vontade com as pessoas com quem fala e também a organizar."* (Sandro, entrevistado n.º 8)

> *"...enriquece mais o grupo, fica a ser mais conhecido, fora daqui de Chelas... fica a ser conhecido da maneira como é, o que nós queremos fazer... essas coisas todas..."* (Fred, entrevistado n.º 4).

Existe uma clara influência das actividades fora do espaço IAC que lhes proporciona o contacto com outros modos de vida, outros quotidianos, e em vários contextos, até a nível internacional com os intercâmbios juvenis, que os faz expandir os seus horizontes e ter a percepção que existem outras alternativas para o seu futuro e à sua realidade, e para a sua maneira de ser.

[50] Alan F. Klein, *Serviço Social através do Processo de Grupo*, Livraria Francisco Alves, 2.ª Edição, Rio de Janeiro, 1979. p. 92.

> "*Tipo aqui no bairro e com os amigos, o IAC, nesse aspecto, está excelente, já conheço, agora conheço gandas sócios da Pontinha, em vários sítios.*" (Sandro, entrevistado n.º 7).

Sentem-se mais acompanhados na escola, pelo trabalho de mediação e sensibilização que os técnicos do IAC realizam junto dos professores, no sentido de melhor compreenderem o jovem na sua natureza específica. Existe um trabalho de motivação baseado num sistema de recompensas que os leva a empenhar-se em obter um bom resultado para conquistar o prémio estipulado. Todo este trabalho reflecte-se no seu aproveitamento escolar.

> *"Pá, na escola, ajudou sempre mais um pouco, tipo aqui tão sempre a dar na cabeça para um gajo estudar, estudar, estudar, né, são chatos, são chatos, mas é assim, se a gente pensar um bocadinho, vê que é para nosso bem."* (Sandro, Entrevistado n.º 7).

> "*Quer um exemplo? – a nível escolar, quando fomos ao Gerês disseram-nos, se oito pessoas passassem de ano, ia tudo ao Gerês, começou tudo a estudar."*
> *"Até passaram doze, vê-lá."*
> *"Muitos se calhar se não fosse essa opção, se não lhe dessem isso a escolher não estudavam."* (Entrevista de grupo).

Ao nível familiar não sentiram nenhuma mudança significativa.

> «*Agora, na família, yá, acho que na família tá igual, acho que não mudou, nunca tive razão de queixa, graças a Deus, na família que tenho*» (Sandro, entrevistado n.º 7).

A percepção das actividades envolvidas no projecto, em que para os jovens as actividades que os mobilizam mais são as exteriores e que implicam sair do espaço IAC/Bairro, que lhes proporcionam maior intercâmbio especialmente com jovens de outros contextos, proporciona-lhes adquirir conhecimentos de novas realidades e de novas formas de vida, levando consigo a sua identidade, promovendo uma melhor imagem de

si e do bairro onde vivem. São também estas actividades exteriores as que lhes proporcionam maior divertimento e emotividade.

> «*Vamos para lá para nos divertir... As pessoas que nós conhecemos ficaram com uma boa ideia do que andámos a fazer e do que ainda vamos fazer daqui para a frente que é ajudar as crianças e fazer tudo por tudo, que é para o nosso bairro enriquecer cada vez mais*» (Fred, entrevistado n.º 4).

Estes não sentem a necessidade de mudar ou ter outras actividades pois consideram-se como co-organizadores das mesmas em que as suas opiniões são valorizadas e importantes para a consecução das actividades.

> «*...,costumamos fazer reuniões para falarmos do que é que tá mal, o que é poderíamos fazer para melhorar aquilo, e assim temos sempre espaço para darmos as nossas opiniões*» (Rita, entrevistado n.º 9).

Quanto às actividades dentro do espaço IAC, os jovens consideram importante o trabalho específico que se faz ao nível do desenvolvimento de competências especialmente para desenvolver a capacidade de confiar nos outros e em si próprios, bem como o de acatar regras e saberem trabalhar em grupo, respeitando as ideias dos outros e dialogando para chegar a um consenso.

Apesar de não ser muito visível, os grupos percepcionam a importância das actividades para a **sensibilização e prevenção** porque identificam certos factores de risco que poderiam fazer parte das suas vidas, e sentem que desenvolveram competências para os evitar. Reflectem assim o objectivo dos programas de prevenção primária referidos por Margarida Gaspar numa perspectiva sistémica que são "...o reduzir a exposição dos jovens a factores de risco, muitas vezes isso não é possível, para estes jovens o objectivo da prevenção vai ser o reduzir o impacto de factores de risco promovendo as competências pessoais e sociais dos jovens e aumentar as competências parentais"[51].

[51] Alan F. Klein, *op. cit.*, p. 25.

> *"Olha, fez–me aprender muita coisa na vida, não me meter em drogas, vi filmes, de casos de drogas, muita coisa.., até hoje dou graças a deus em tar no IAC, e não faço muitas das coisas que as pessoas podiam estar a fazer, ou que fazem, porque não tiveram apoios, é isso."* (Ana, entrevistado n.º 10).

Esta concepção das actividades, está de acordo com a forma de intervir que Adelino Antunes propõe. "Assim, há que, em cada momento, proporcionar a criação de actividades que sejam alternativas aos projectos desviantes do grupo." [52]

Para os jovens, as actividades do IAC fazem parte de uma intervenção em que a lógica não é trabalhar para os jovens mas sim com eles, estando envolvidos no processo.

A percepção do espaço IAC em que os jovens distinguem os objectivos do projecto e da própria instituição, que para eles, é de apoio e ajuda às crianças, e as dificuldades ao nível dos recursos financeiros, necessários para o desenvolvimento das actividades.

> «*O IAC, como eu disse há bocadinho, o IAC abre algumas oportunidades e ensina-nos a não desperdiçá-las, é mais ou menos isso que eu aprendi... o IAC é para nos ajudar, é por isso é que se chama Instituto de Apoio*» (Sandro, entrevistado n.º 7).

As **perspectivas futuras** onde os elementos predominantes são a melhoria da formação escolar, estando a maioria dos jovens mais atraída pela ideia de frequentar cursos profissionais, por ser uma solução que está mais de acordo com as suas expectativas profissionais e por se sentirem desmotivados para a frequência de um curso geral, havendo, no entanto, no grupo jovens que valorizam a continuidade do percurso escolar, pois entendem ser importante para as suas ambições profissionais futuras.

[52] Adelino Antunes, 1994, *op. cit.*, p.37.

> «*Tipo do futuro, já, a Ana teve a falar em alguns cursos, tava a perguntar quem é quer continuar na escola ou desistir ou não quer fazer nada, não é a melhor opção. Quero continuar a escola, e isso, eu prefiro tirar curso do que continuar a escola, não tenho muita paciência, é mesmo assim!* » (Sandro, entrevistado n.º 7).

Existe já uma capacidade de identificar factores de risco a evitar, desenvolvida por intermédio das acções de sensibilização do IAC, e pelas próprias vivências dos jovens, o que os leva a definir aquilo que não querem para o seu futuro, antes mesmo de afirmarem objectivamente o que querem.

As suas percepções apresentam assim um desenho do que não querem para o futuro e os possíveis instrumentos (curso profissional e o IAC), para o desenvolvimento das potencialidades do amanhã, construindo deste modo o seu imaginário que é segundo Isabel Guerra "...um meio eficaz de visualizar o mundo futuro porque projecta no campo do real as possibilidades: permite, assim, detectar as contradições entre o que está e o que se deseja no campo das possibilidades do amanhã." [53]

> «*Quero dar já um passo para a minha vida, muito importante, não quero tipo andar com esses, à borga, não para o curso, tipo, só para passar o tempo, para dizer à mãe que estuda! Não! Vou trabalhar em quê? Não, quero já fazer para a vida, não quero ser um zé-ninguém, ou coisa assim, é pá, quero ser feliz na vida*» (Sandro, entrevistado n.º 7).

O futuro para estes jovens encontra-se ligado ao IAC, não perspectivando a sua saída, pensam assim continuar na instituição como mediadores de outros jovens e orientadores das actividades, com o objectivo de retribuírem a ajuda que foram recebendo ao longo dos anos.

A família que gostariam de constituir caracteriza-se pelo respeito e pelo diálogo, bem como pela união, que implica a coabitação de todos os elementos da família, na lógica de cortarem com o modelo existente

[53] Isabel Guerra, s.d., *op. cit.*, 69.

e com o qual cresceram. No entanto, em alguns jovens prevalece a ideia de ser difícil fugir ao modelo familiar que têm, estabelecendo assim uma lógica de reprodução.

> «*É assim, o meu avô não conseguiu controlar o meu pai. E o meu pai não me consegue controlar a mim, eu não vou controlar os meus filhos*» (Entrevista de grupo).
> «*Eu quero criar uma família!* » (Entrevista de grupo)

A percepção do bairro é um elemento estruturador da identidade destes jovens, existindo um forte sentimento de pertença, dado que todos cresceram no bairro e é nele que estabelecem as suas relações sociais mais intensas, com o IAC e grupo de pares, que são para eles as suas referências. O bairro é espaço que conhecem melhor e onde se sentem seguros e integrados, desconfiando ao primeiro contacto de tudo o que é exterior e estranho, o que não lhes permite aceitar a mudança, pois têm poucas referências dessas realidades.

> «*Yá, curto o bairro, o bairro é fixe, fogo, eu curto o bairro, é fixe, curto bué. Um gajo, já tem cá os amigos, conheço isto como a palma da minha mão, e acho que não trocava, mas para trocar, alto e pára o baile!*» (Sandro, entrevistado n.º 7).

Os jovens identificam como os principais problemas do bairro o tráfico de drogas, os toxicodependentes, a violência e a má fama do bairro. Os três primeiros são considerados por estes não sendo exclusivos de Chelas, existindo noutros bairros É a má fama que os preocupa mais, devido aos rótulos que são atribuídos aos seus habitantes, por parte da sociedade e dos meios de comunicação em particular, que os exageram e deturpam para dar audiências e vender essa imagem negativa.

> «*Dizem-me sempre, ah! moras ali, então és um vilão, és aquilo e aquilo, mas não, tu és assim como és assim, é como tudo, há uma parte boa e uma parte má*» (Wison, entrevistado n.º 6).

> «O que há aqui, *há em muitos bairros, como já tem fama, tem o nome».*
> *«Isto já tem rótulo»"* (Entrevista de grupo).

Não identificamos o desenvolvimento de pontes com o mundo exterior ao bairro, para além das que a instituição IAC lhes proporciona ou indica, como, por exemplo, a Associação Nacional de Jovens, à excepção de duas associações desportivas onde alguns jovens praticam futebol e de uma associação recreativa na Pontinha.

> «*Tipo aqui no Bairro e com os amigos, o IAC, nesse aspecto, está excelente, já conheço gandas sócios da Pontinha, em vários sítios»"* (Sandro, entrevistado n.º 7).

Os jovens apesar de não terem interesse imediato em mudar, referenciaram que se mudassem seria para condições melhores, relacionadas com um maior conforto, e um ambiente mais calmo.

> *"...Depende do novo local, se fosse para uma vivenda, tipo, um outro bairro, era tipo, um sítio mais.., não digamos bairro, era um sítio mais sossegado, campo ao pé de um lago ou ao pé de uma cascata, qualquer coisa, mas sempre com os sócios, com os amigos."* (Sandro, entrevistado n.º 7).

Quando confrontados com a hipótese da inevitabilidade de terem de mudar de bairro, levariam consigo o IAC e os amigos, e poucos levariam os familiares, dadas as características (famílias reconstruídas, famílias monoparentais, e ou em que os jovens estão a cargo de outros familiares como tios, avós ou irmãos) e problemas familiares destes jovens (violência doméstica, alcoolismo e negligência). A maioria levaria o IAC e os amigos pois foram estas as principais referências no seu desenvolvimento pessoal e social, os quais não querem perder. São estes que lhes proporcionam estabilidade e segurança para enfrentarem a mudança e o desconhecido.

> *"Levava os meus amigos, se pudesse levar iam todos, era só os amigos, os amigos trazem o resto, levava os amigos e depois arranjava as ou-*

tras coisas. São eles que me acompanham na vida, até agora foram, sempre eles, estou habituado a eles, por isso é que os levava. A família é diferente, é sempre aquela coisa do dia-a-dia, os amigos, é diferente, os amigos." (Wison, entrevistado n.º 6).

"Daqui do espaço IAC, eu levava boa memória, fotos, levava o quê? Levava o endereço daqui, a morada para me manter sempre em contacto com eles e o telefone e prontos. (Rita, entrevistado n.º 9).

Os jovens integram na sua **identidade** o bairro, sendo um elemento com o qual percepcionam e agem sobre o mundo, que segundo Alda Gonçalves permite articular um sistema de representações e de imaginários, com uma rede de pertenças e categorias sociais específicas.[54] O facto de viverem no Bairro influencia as suas trajectórias sociais, o que intensifica a sua ligação de afectividade com este. Apresentam assim o IAC como o principal catalisador no estabelecimento de relações exteriores ao bairro, não identificando nenhuma outra instituição com este fim, nomeadamente a família.

Concluímos que a intervenção do IAC, no Satélite J, se centra fundamentalmente no jovem, pois as principais mudanças significativas ocorrem a nível psicológico e relacional, bem como ao nível escolar, não havendo mudanças significativas a nível familiar. Podemos interpretar esta percepção dos jovens pela ausência de intervenção social ao nível familiar, sentindo-se até alguma substituição do IAC à família no papel desempenhado em algumas competências, tal como o acompanhamento escolar e o apoio emocional, que a família não consegue satisfazer.

O IAC é um dos principais agentes de socialização destes jovens, na medida em que os leva a apreender regras, pelas várias actividades, especialmente as que se realizam fora do espaço IAC, pois interagem com outras instituições, comunidades e jovens, adquirindo novos valores e conhecimentos, que modificam a forma como percepcionam e se relacionam com a sociedade.

[54] Alda Gonçalves, "Jovens: Construção Identitario Num Contexto De Exclusão", in *Intervenção Social* N.º 17/18, ISSSL, 1998.

Considerações finais

A natureza do Trabalho de Investigação (qualitativa e de estratégia abdutiva) proporcionou uma grande proximidade com a realidade estudada e a possibilidade de exercitar um novo tipo de investigação, dando-nos a capacidade de transformar o que nos é transmitido pelos utentes em linguagem leiga em linguagem científica, o que implicou da nossa parte uma forte articulação teórica e intelectual. Deixamos as nossas percepções sobre o que observámos, especialmente dos jovens.

A relação com os jovens foi muito motivadora, dado que estes nos transmitiram uma imagem diferente da que nós tínhamos e que era fruto dos nossos preconceitos, não se distanciando daquilo que os meios de comunicação nos transmitiram. Realmente constatamos que a realidade é outra e que Chelas é um bairro como tantos outros, e que estes jovens têm os mesmos hábitos, sentimentos, sonhos e necessidades, tão válidos como os outros. Desenvolvemos com eles uma relação de desenvolvimento mútuo, e admiramos a sua tenacidade e vontade de procurar outras condições de vida mais favoráveis, no sentido de não reproduzir aquilo que consideram estar errado.

O que observamos e interpretamos nos jovens do Bairro do Condado, em Chelas, em termos das suas características pessoais e processos de socialização, são comuns a outros jovens da mesma faixa etária, que habitam bairros como o Bairro 6 de Maio, Azinhaga dos Besouros, Estrela de África e Casal Ventoso, entre outros, com quem nos relacionámos tanto no decorrer da nossa vida académica, como profissional. Estes jovens estão em situação de perigo, porque vivem em meios problemáticos, sendo condicionados por estes, visto não serem seres isolados e estarem inseridos num sistema ecológico. A vivência nestes bairros leva a que os jovens adquiram e desenvolvam hábitos ou estratégias de defesa, que lhes possibilitem ultrapassar dificuldades e satisfazer as suas necessidades, o que os pode levar a comportamentos desviantes. Comportamentos esses que, se não forem prevenidos quer pela família quer pelas instituições onde estão inseridos, como por exemplo pela escola, podem levar à delinquência e ao insucesso escolar.

A família e a escola são os responsáveis pela construção de perspectivas de futuro, tendo os assistentes sociais e os professores um papel funda-

mental em prevenir a exclusão escolar, que se manifesta pelo estabelecimento de limites do que é real e do que é possível, inculcando nos jovens que a saída mais fácil em alternativa à escola é a frequência de cursos técnico-profissionais, limitando-os a um universo restrito de possibilidades de trabalho. Desvalorizando ou não apostando nas suas capacidades, que muitas vezes se encontram por descobrir.

Sentimos que é aqui que o Serviço Social tem um papel preponderante, no desenvolvimento da capacidade dos jovens, em alargar o seu horizonte de escolhas, em vez de os limitar, capacitar e implicar a família no processo de desenvolvimento dos jovens. Como assistentes sociais, consideramos que é este o caminho para uma intervenção eficaz com jovens em situação de perigo.

Bibliografia

ANTUNES, Adelino J., *O Trabalho de Rua – Contributo para o Estudo das Novas Metodologias de Intervenção em Trabalho Social,* Instituto Superior Bissaya Barreto, Centro de Investigação Formação e Estudos, Coimbra, 1994.

BLACKIE, Norman, *Designing Social Research*, Polity Press, Cambridge, 2000.

BLOOM, Martin, *Primary, Prevention, Practices,* vol. 5, Col. Issues in Children's and Families' Lives, SAGE, Thousand Oaks, Califórnia, 1996.

CARVALHO, Palmira e LOPES, Carmen, *Projecto Rua – Em Família para Crescer «Do silêncio à Palavra, Novas Dinâmicas, Novos Desafios»*, Instituto de Apoio à Criança, Lisboa, 1999.

CEBOLA, Augusto J. G., *O Quotidiano Suburbano como Factor de "Exclusão Social",* Tese de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, 1996.

DINIZ, João Seabra, *Riscos para Crianças Numa Sociedade em Mudança – Quais e Porquê?,* sed., sd.

ELKIN, Frederick, *A Criança e a Sociedade*, Rio de Janeiro – Brasil, Edições Blach, 1960.

FRANKL, V. E., *Em Busca do Sentido*, Sinodel e Vozes, São Paulo, 1993.

GARCIA, José Luís (coord.), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa,* Celta Editora, Oeiras, 2000.

GONÇALVES, Alda, "Jovens: construção identitária num contexto de exclusão", *Intervenção Social* n.º 17-18, Lisboa, 1998.

GONÇALVES, Rui A., *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*, Quarteto, Coimbra, 2000.

GUERRA, Isabel, "Modos de Vida – Novos Percursos e Novos Conceitos", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 13, CIES-ISCTE, Lisboa.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, *Crianças Que Vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Scarpa Impressores, Lisboa, 2000.

KLEIN, Alan F., *Serviço Social através do Processo de Grupo*, Livraria Francisco Alves, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1979.

LEITE, Maria Carmésia, *A Intervenção em Serviço Social – Visão Praxiológica*, Cortez Editora, São Paulo, 1984.

MATOS, Margarida Gaspar et al. *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*, FMHJ, IRS – MJ, Lisboa, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE, *Guia de Legislação e Recursos sobre o Trabalho Infantil*, Col. PEETI, n.º 1, Lisboa, 1999.

NEGREIROS, Jorge, *Delinquências Juvenis*, Col. Comportamentos, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

PAIS, Machado, *As Culturas Juvenis*, Col. Análise Social, INCM, Lisboa, 1993.

PAIXÃO, Rui, "As Intervenções em Rede", *Interacções* n.º 1.

ROBERTIS, Cristina de, *La Intervención Colectiva en Trabajo Social*, El Ateneo, Buenos Aires, 1992.

TOURAINE, Alain, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1992.

SOUZA, Maria Luiza de, *Serviço Social e Instituição. A Questão da Participação*, Cortez Editora, São Paulo, 1995.

VERNON, R. Wich., *Working with Child Abuse and Neglect*, SAGE, 1996.

Legislação

– Lei de Protecção de Jovens em Perigo, Parte I, n.º 204 – 1-09-1999, *Diário da República*, I Série A, artigo 1, artigo 3, pontos 1 e 2.